

# BRUNO PUCCI – VELHO COMPANHEIRO DE ESTRADA OS POLÍTICA E ACADEMICAMENTE PRODUTIVOS TEMPOS DE UFSCAR

Valdemar Sguissardi\*

*A árvore se conhece pelos seus frutos*  
(Lucas, 6:44)

A escrita de minhas reminiscências de parte da trajetória de vida acadêmica de Bruno Pucci – seus anos de UFSCar que testemunhei de perto –, dada sua formação juvenil e início da maturidade, recomenda, como epígrafe, uma frase bíblica: “A árvore se conhece pelos seus frutos”. Quando a árvore é uma pessoa humana ou, no caso, um docente/pesquisador/orientador universitário, o termo fruto pode significar uma realidade múltipla, plural: aulas, pesquisa, orientação, livros, artigos, capítulos de livro, documentos acadêmicos e de política institucional, militância interna e externa, gosto estético, ética, diálogo com convergentes e divergentes, fidelidade com os princípios e finalidades da instituição universitária; empatia com seus alunos e orientandos; parceria e luta com colegas e amigos em prol de causas justas e inarredáveis.

Lendo o sociólogo e historiador Juremir Machado da Silva,<sup>1</sup> em coluna do *Correio do Povo*, de 4/10/2017, intitulada “A morte da obra”, na qual, ao examinar a atual conjuntura pátria, contrapõe-se a Roland Barthes que afirmava, em seu

---

<sup>1</sup> Prof. Titular (aposentado) da UFSCar. E-mail: vsguissardi@gmail.com

<sup>1</sup> Juremir Machado da Silva, doutor em sociologia pela Universidade de Paris, é autor de 27 livros, entre os quais, *Getúlio, 1930, Águas da Revolução, Solo, Vozes da Legalidade, História regional da infância – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras e Raízes do conservadorismo brasileiro*.

tempo (anos 1960 e 70), que estaria ocorrendo a morte do autor, pus-me a pensar se, no caso de Bruno Pucci, iria ter mais vida e maior longevidade o autor ou sua obra. E aqui, por autor, não se entenda o ente físico-biológico, mas o ser humano, mentor e produtor intelectual, senhor de ações de natureza diversa, que somente morre quando ele e/ou sua obra desaparecem da memória dos contemporâneos ou pósteros. Sócrates, Platão e Aristóteles têm mais de 2.500 anos de existência e quem sabe quantos séculos e milênios ainda sobreviverão como autores? O mesmo se diga de suas obras, frutos dessas três “árvores humanas” de rara produtividade.

Diante do que observava Roland Barthes e do que observa Juremir Machado, a pergunta – quem e o que sobreviverá por mais tempo, o autor ou a sua obra –, aparentemente absurda e paradoxal, pode fazer sentido, mormente se se atentar para os argumentos de um e de outro.

Segundo Juremir Machado, Barthes afirmava:

A escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve.

Machado, em sua coluna, traduz por: “... o autor copia, transforma, reforma e conforma. Colocado o ponto final, a obra vive, o autor morre”.

Barthes, segundo ainda Machado, continua:

Sem dúvida que foi sempre assim: desde o momento em que um fato é contado, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, quer dizer, finalmente fora de qualquer função que não seja o próprio exercício do símbolo, produz-se este desfasamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa.

Aqui, entretanto, de meu ponto de vista, Juremir Machado não teria vislumbrado todo o sentido desses enunciados barthesianos. Barthes diz:

...desde o momento em que um fato é contado, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, quer dizer, finalmente fora de qualquer função que não seja o próprio exercício do símbolo, produz-se este desfaseamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa.

Traduzo: para Barthes há escritas e escritas. Há escritas com fins intransitivos, isto é, que não vão além de certo limite, de certa fruição intelecto/emocional, que têm por função o exercício do símbolo. E há escritas que são feitas para agir diretamente sobre o real. As primeiras perdem sua origem e o autor entra na sua própria morte. As segundas, que agem diretamente sobre o real, que pode ser do campo da filosofia, das causas primeiras ou últimas da existência do universo e do ser humano, ou do campo da economia política – aqui interpreto conforme entendo – criariam um amálgama de obra e autor de que se nutre a sobrevida de ambos, aliás, como ocorre com todos os grandes clássicos. Pode se dizer que obra e autor sobrevivem aos tempos e se projetam para a eternidade quando aquela é fruto de autores que formulam as grandes questões de seu tempo, traduzem os medos, as angústias, os desejos de explicação do desconhecido e de superação da realidade vivida por e de grupos ou classes sociais, Doutro modo, como entender a sobrevida dos filósofos gregos, mesmo os pré-socráticos e sofistas, ou dos evangelhos e epístolas cristãs, do Corão, do Talmude, do Príncipe (de Maquiavel), do Contrato Social (de Rousseau), do Capital (de Marx), cujas obras não se autonomizam em relação a seu autor, indivíduo ou instituição religiosa?

Que diz Machado a respeito da morte, hoje, da obra e da sobrevida do autor?

Leio os jornais e vejo os programas de entrevistas.  
Só aparecem autores sem obras. O autor vive. A obra

morreu ou nunca existiu. Não citarei nomes para não mexer com mortos-vivos. Direi apenas que uns 90% dos autores em voga não têm obra. Muito menos, significativa. No máximo, colocou-se o nome na capa de algum material impresso para vender em palestras. O jornalismo se ilude com a espuma das coisas e constantemente inverte hierarquias. Como disse Pierre Bourdieu, jornalistas tomam o banal por extraordinário e extraordinário por banal. É um problema de óculos.

Machado serve-se de Barthes para combater a banalidade jornalística atual no Brasil e sua espetacularização sem conteúdo; conteúdo que, ao contrário, sempre foi o cerne do teatro grego, de suas tragédias, do teatro shakespeariano, da obra de Molière, Garnier e Artaud, de Brecht e de nossos iconoclastas Nelson Rodrigues e Ariano Suassuna, assim como, também, da obra de grandes jornalistas que façam jus ao nome.

Para Machado, o autor – com a minúsculo diria eu –, hoje, não alimentaria sua criatura – sua obra –, não sofre por ela, não vive com ela, não a ama, não a trata como um pai. Antes, “Aproveita-se dela. A obra é apenas uma simulação, um produto derivado, um complemento, um suplemento, um plus”. Em seguida, pergunta: “Quem tem obra no Brasil?” Responde: “Raríssimos. Em geral, fora da mídia”. E aproveita a deixa para desancar os mercadores de obra alheia: “Um caso típico de autor sem obra é o dos palestrantes profissionais que faturam alto chupando citações dos gregos e vendendo autoajuda intelectual em eventos corporativos”.

Dito isto, à guisa de preâmbulo e em tempos de produtivismo e alienação acadêmicos, torna-se mais fácil, amena e, espero, consistente, a tarefa proposta a este escriba pelos organizadores deste dossiê que tem por objeto reminiscências de alguns momentos – tempos da UFSCar – da trajetória intelectual e humana deste colega e grande amigo Bruno Pucci. Tempos que com ele convivi, compartilhei.

## OPORTUNO REFORÇO PARA O NOVO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UFSCAR

Desse passado e dessa convivência na UFSCar, que ocorreu há mais de um quarto de século e durante cerca de sete anos, minhas lembranças, algumas são ainda bastante vivas; outras perderam-se nos desvãos da memória. Para reavivá-las, vou me servir de escritos do próprio Bruno Pucci e de alguns documentos, atas de assembleias e reuniões departamentais ao longo desses anos de feliz e produtivo labor intelectual conjunto que fez nascer e foi alimentado por grande amizade.

Algumas lembranças são ainda bastante vivas, antes de tudo, porque Bruno Pucci chegou à UFSCar, via concurso (março/1986) um tanto tumultuado, com 31 inscritos, para uma vaga na área de Filosofia do Depto. de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação (DFCFE) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), no qual foi classificado em primeiro lugar. O tumulto deveu-se à inconformidade de alguns professores com o resultado final do concurso, mas que tiveram seu pedido de anulação dos trabalhos da comissão negado pelo Conselho Departamental. Coube-me, em parecer de 14 laudas, defender a validade do concurso em reunião desse Colegiado em que eu representava a área de Educação, embora o concurso fosse para provimento de vaga na área de Filosofia. Este fato, possivelmente, tenha sido um dos germens dessa amizade sólida e desse respeito intelectual recíproco que entre nós perdura há 30 anos.

As lembranças são bastante vivas também por uma série de outras razões conjunturais na vida da UFSCar nos últimos anos da ditadura civil/militar.

A UFSCar, em 1986, fazia pouco tempo tinha conseguido superar alguns anos de turbulência que se iniciaram com a não nomeação, pela então Ministra da Educação da Ditadura, do primeiro nome de uma lista sêxtupla para a vice-reitoria, seguida: a) pela não renomeação do então reitor William Saad Hossne, eleito para um segundo mandato em eleição direta

dos três segmentos do *campus*; b) pela não aceitação da lista sêxtupla para a reitoria, encabeçada pelo Prof. Dalmo de Abreu Dallari,<sup>2</sup> enviada pela universidade ao Ministério; c) pela recusa da comunidade universitária (Colegiados Superiores e entidades representativas de docentes, funcionários administrativos e discentes de graduação e pós-graduação) de formar nova lista sêxtupla; d) pela intervenção, seguida a essa recusa, do Conselho Federal de Educação (CFE) na reitoria da UFSCar pelo período de um ano, tendo como reitor/interventor o Prof. Antônio Guimarães Ferri, então vice-reitor da USP.

Os grandes impasses<sup>3</sup> começavam a se resolver, como resultado de negociação entre universidade e o MEC, ao final da ditadura, em 1984, pela formação de nova lista sêxtupla e nomeação, como reitor, do primeiro nome dessa lista na pessoa do Prof. Munir Rachid.<sup>4</sup>

A área de Educação do DFCFE/CECH, apoiada em trabalho intenso de uma comissão *ad hoc* de que fiz parte, ao lado de Evaldo M. Ferreira, Maria Aparecida Segatto e Yvoneti da Cruz, encaminhava, nos primeiros meses desse ano e enquanto se realizava esse concurso, ao Conselho Interdepartamental do CECH, uma proposta de criação do Depto. de Educação, que completou, em 2016, 30 anos de existência.

Tanto o clima mais distendido no país e na universidade, como a perspectiva de aprovação pelo CID/CECH da criação do Depto. de Educação, fazia-nos vislumbrar na chegada do Prof. Bruno Pucci, ex-colega de pelo menos um dos professores do futuro Depto. de Educação e já conhecido de

---

<sup>2</sup> Esta lista, votada paritariamente por docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos e aprovada pelo Conselho Universitário era assim composta: Dalmo de Abreu Dallari, Carlos Franchi, Carlos Guilherme Mota, Modesto Carvalhosa, Aziz Ab'Saber e Bolívar Lamounier.

<sup>3</sup> Para maiores e mais completas informações sobre essa crise da UFSCar do primeiro lustro dos anos 1980, ver SGUISSARDI, (1993).

<sup>4</sup> Esta lista, votada paritariamente por docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos e endossada, com alguma mudança na ordem dos nomes, pelos colegiados superiores da universidade foi assim composta: Munir Rachid, Carlos Franchi, Valdemar Sguissardi, Frederico Simões Barbosa, Henrique Krieger e Waldemar Saffioti.

outros, um grande reforço para os planos que elaborávamos para esse novo departamento, em relação tanto à docência na graduação e na pós-graduação, que então completava 10 anos, quanto à pesquisa.

Verifica-se nas atas do CID/CECH que a contratação do Prof. Bruno Pucci para a área de Filosofia do DFCFE fez parte da pauta da reunião do CID/CECH de 16 de maio de 1986, e que a proposta de criação do Depto. de Educação constou da pauta desse colegiado, pela primeira vez, em sua reunião da semana seguinte, 23/5/1986. O ofício do ainda não oficializado Depto. de Educação contendo a proposta de sua criação tem a data de 14 de maio de 1986, e foi assinado por cerca de 15 professores, futuros membros desse novo Departamento.

Criado pela Resolução CECH n. 011/86, o Depto. de Educação (DED) realizou sua 1.<sup>a</sup> Assembleia de docentes em 6/8/1986.<sup>5</sup> Ali, entre os 11 professores presentes (quatro ausentes), estava Bruno Pucci, recém-contratado. Entre as primeiras decisões tomadas nesta ocasião pelo DED, nomeou-se uma comissão – composta pelos professores Evaldo A. M. Ferreira, Benjamim Mattiazzi e Bruno Pucci – para coordenar a elaboração do Plano Diretor do DED. A indicação de nomes para a chefia e vice-chefia do Depto. foi adiada para sua 2.<sup>a</sup> Assembleia, que se deu em 29/08/86. Nesta, Valdemar Sguissardi foi o escolhido para chefe, em caráter provisório, e Maria Yvoneti da Cruz, como vice-chefe.

Na 3.<sup>a</sup> Assembleia, realizada em 15 de setembro de 1986, a comissão coordenadora do Plano Diretor, de que Bruno Pucci fazia parte, apresentou um esboço da estrutura do DED: a) Nível Deliberativo – Assembleia Departamental e Câmara

---

<sup>5</sup> A criação do Depto. de Educação por portaria do CECH somente foi homologada pela Reitoria, depois de aprovada pelos Colegiados Superiores, em 8 de novembro de 1987, via Portaria GR 464 assinada pelo Reitor Munir Rachid. Dois dias antes, pela Portaria GR n. 481/87, de 6 de novembro de 1987, eu era designado para responder, “pro-tempore”, pelas funções de Chefe do Departamento de Educação. Após eleição paritária, em maio de 1988, pela Portaria GR 375/88, eu era confirmado no cargo pelo período de quatro anos, tendo como Vice-Chefe o Prof. Paolo Nosela, nomeado pela Portaria GR 376/88.

Departamental; b) Nível Executivo: Chefia, Secretaria e Áreas (Fundamentos da Educação, Ensino, OE e AE). Núcleos de Apoio: PEA (Programa de Educação de Adultos); SDE (Serviço de Documentação Educacional); LLE (Laboratório de Legislação de Ensino); SOE (Serviço de Orientação Educacional); SEE (Serviço de Educação Especial) e Programação.

Nessa 3.<sup>a</sup> Assembleia, é digna de nota a discussão, pela primeira vez, da ideia de se dar um novo passo no Programa de Pós-Graduação em Educação, para além do mestrado que funcionava desde 1976, isto é, pela criação do doutorado de cuja discussão Bruno Pucci já pôde participar e, alguns anos depois, quando efetivada sua criação, tornar-se um dos seus professores e orientadores.

O Plano Diretor do DEd, em cuja comissão coordenadora o Bruno Pucci teve destacada participação, foi aprovado na 6.<sup>a</sup> Assembleia do Depto., em 24 de outubro de 1986.

Foi no espaço desta subunidade do CECH, denominada Depto. de Educação ou simplesmente DEd, que se deu nossa parceria de trabalho nas várias dimensões que, como se disse na introdução deste texto, compõem a obra de um autor quando ele é um professor universitário. Foi no espaço da docência, tanto na graduação quanto especialmente na pós-graduação e, nesta, no seu doutorado; no campo da pesquisa e da extensão universitária, especialmente via projetos de pesquisa-ação; e no da militância no movimento sindical/associativo e mesmo partidário, que se deu o essencial de nosso trabalho conjunto de 1986 a 1992, ano de minha aposentadoria e transferência para a UNIMEP, cinco anos antes que o Bruno Pucci também fizesse o mesmo: se aposentasse e, mediante concurso, se vinculasse à UNIMEP.

O notável, neste último caso, é que Bruno Pucci, diferentemente do que comigo ocorreu, retornava à sua UNIMEP, isto é, à universidade onde iniciara suas atividades de docência na educação superior em 1977 até mudar-se, em 1985, para a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e, depois, para a UFSCar.

## PARCERIA NOS CAMPOS DA DOCÊNCIA, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

No campo da docência, minhas lembranças de parceria com Bruno Pucci centram-se especialmente na preparação e oferta das disciplinas da pós-graduação e, nesta, nas do doutorado. O mestrado, nesses anos de 1986 e seguintes, mantinha-se fiel à estrutura que lhe tinham definido Dermeval Saviani e seus companheiros da PUC-SP e Fundação Carlos Chagas em parceria com professores do DFCFE/CECH (Convênio UFSCar-PUC-SP de 1976 a 1978), quando de sua criação em 1976, com disciplinas básicas comuns e algumas optativas.

A estrutura disciplinar/acadêmica do doutorado do PPGE/UFSCar foi bastante inovadora em relação tanto à do mestrado quanto à dos doutorados existentes na área no país. Buscou-se uma estrutura muito mais enxuta, com, inicialmente, uma única disciplina obrigatória que congregasse todos os professores envolvidos no doutorado. No primeiro ano, éramos uma dezena de professores de diferentes áreas de formação – filosofia, educação, sociologia, economia – trabalhando em conjunto um programa anual de uma disciplina que percorria e estudava os clássicos, desde Hesíodo (*Os trabalhos e os dias*) a Marx, Lênin, Gramsci, passando pelos pré-socráticos, sofistas, Sócrates, Platão, Aristóteles, Paulo de Tarso (*Cartas*), clássicos romanos, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Dante Alighieri, Maquiavel, Lutero, Galileu, Bacon, Descartes, Hobbes, Locke, Rousseau, Adam Smith, Comte, Hegel e outros. A leitura desses clássicos se iniciava por um ou dois seminários sobre a questão do método em que o texto principal era a Introdução, Teses sobre Feuerbach e o primeiro capítulo – Feuerbach – do livro *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels. Intercalavam os seminários sobre cada um desses clássicos seminários que tinham como leitura e foco capítulos de *O Capital*, de Marx: A assim chamada acumulação primitiva, Mercadoria, Cooperação, Manufatura e Grande Indústria. Neste percurso

pelos clássicos – da antiguidade a nossos dias – visávamos compreender um conjunto de categorias básicas para fundar a interpretação do fenômeno educacional de nossos dias. Entre estas, cabe destacar: classe e subclasses sociais, luta de classes, propriedade, Estado, sociedade, ciência, as várias fases da filosofia desde a ontologia aristotélica até o existencialismo de Sartre e outros.

Essa estrutura foi levemente modificada nos anos seguintes, quando se criaram duas ou mais disciplinas, que passaram, cada uma, a ser ministradas por dois, três ou mais professores. As de Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação (I e II) eram ministradas coletivamente por Bruno Pucci, Ester Buffa, Paulo Nosella e eu.

Esta experiência que, para Bruno Pucci e Paolo Nosella, recordava a de seu doutorado na PUC-SP, sob a coordenação de Dermeval Saviani; no meu caso, revivia a experiência de meu doutorado na Universidade de Paris-X (Nanterre, França), no qual havia um único seminário semanal, durante o dia todo, às quintas-feiras, com a presença de todos os professores orientadores e de todos os orientandos. Disciplinas optativas eram feitas, a maioria em outros programas de pós-graduação de outras universidades parisienses ou de outras cidades da França.

Mas foi, talvez, no campo da pesquisa e da pesquisa-ação como extensão universitária que Bruno e eu mais nos identificamos. A experiência que Bruno Pucci trazia, de seu ano de vínculo com a UFMT, com o Programa do Inep/MEC *Diagnóstico Estadual de Educação*, casou-se com minha experiência, recentemente encerrada, no interior de um projeto que levava por título “A alfabetização de adultos como ponto de partida da problematização e da superação de problemas do bairro”, realizada por cerca de quatro anos no Bairro Jardim Centenário da cidade de São Carlos.

Como relata Bruno Pucci em seu artigo “O grupo de Pesquisa como espaço-tempo de parcerias, de produção científica e de formação humana: UFSCar – 1987-1990”

(PUCCI, 2011, p. 42), nossa parceria de pesquisa nasceu de seu convite para que eu participasse de um projeto que pudesse aplicar, em São Carlos ou no Estado de São Paulo, a proposta do programa, patrocinado pelo Inep/MEC, *Diagnóstico Estadual de Educação*. Escreve Bruno Pucci que as exigências postas por mim para participar desse projeto de pesquisa teriam sido: “definir melhor o referencial teórico e assumir o diagnóstico a partir da perspectiva da classe trabalhadora, buscando-lhe um instrumento de análise e de luta no campo educacional”.

Esta minha postura, vista com trinta anos de distância, diante de um recém-chegado ao DEd, pode parecer ter sido um tanto arrogante. Na verdade, eu já tinha informação suficiente das opções teórico-metodológicas e políticas do novo colega para lhe fazer tais “exigências”. Tanto ele como eu tínhamos formação filosófica e conhecimento do materialismo histórico, e vínhamos de engajamentos político-partidários e sindicais próximos (cofundadores de núcleos municipais do Partido dos Trabalhadores – Bruno foi candidato a prefeito de Rio Claro – e militantes, ele, da Adunimep, da qual tinha sido presidente, e eu, da ADUFSCar, da qual tinha sido vice e presidente).

Antes de falar sobre o que decorreu desse convite e dessas “exigências”, como atividades conjuntas de pesquisa desta nova parceria Bruno-Valdemar, devo resumir aqui algumas informações sobre meu envolvimento com a pesquisa na UFSCar que constam de meu *Memorial* apresentado para meu Concurso de Professor Titular que, em janeiro de 1992, teve Bruno Pucci como um dos membros de sua banca, assim composta: Celestino Silva Júnior, Nilton Bueno Fischer, Gaudêncio Frigotto, Bruno Pucci e Betty Antunes de Oliveira.

Ao voltar do mestrado e doutorado na França, em 1976, era grande minha vontade de me engajar rapidamente na pesquisa que justificasse o investimento de dois anos em pós-graduação na USP e quase cinco anos na Universidade de Paris-X (parte da ex-Sorbonne), e porque sonhava vir a ser, algum dia, um pesquisador respeitável em minha área, já que era um dos seus primeiros doutores, ao menos com doutorado no exterior.

Na Universidade Estadual de Maringá (UEM), de cujo corpo docente fui um dos primeiros, se não o primeiro, a fazer o doutorado no exterior (1972-1976), ao retornar, precisei colaborar com a sua administração central, tanto na organização, primeiro de uma Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, depois, de uma Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que levassem à criação da Pró-Reitoria desta área, quanto na coordenação de quase duas dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu*, e coordenação de outros programas na universidade, e, inclusive, a coordenação das atividades que conduziram à criação da Associação de Docentes da UEM, ADUEM, cuja assembleia de fundação presidi.

O convite para me transferir, em 1979, para a UFSCar, visava o preenchimento de uma das vagas deixadas pelo Professor Dermeval Saviani e seus companheiros da PUC-SP e da Fundação Carlos Chagas no PPGE/UFSCar. Vi nesta transferência a oportunidade para fazer o que era o meu desejo, de satisfação adiada desde 1976: engajar-me na pesquisa, além de na docência da pós-graduação.

Tendo assumido o meu vínculo com a UFSCar, em dedicação exclusiva, em janeiro de 1980, foi no interior de um “Seminário aberto”, no âmbito do PPGE/UFSCar, que pretendia aliar à teoria uma prática de pesquisa e de extensão que lhe fosse consentânea, que iniciei a procura por um tema de pesquisa a desenvolver e que tivesse relação, não mais com minha tese de doutorado – sobre a formação pedagógica dos professores da educação básica –, mas com as disciplinas de pós-graduação que me foram atribuídas e com a própria orientação do programa, mais voltado para políticas educacionais e para a educação popular.

Não queria a pesquisa pela pesquisa. Preocupava-me há tempos com os estudos e pesquisas que realizados no campo educacional (em outros também), que são simples visões exteriores, distantes e assépticas, enquanto são realizadas, e, uma vez concluídas, tendem a permanecer incógnitas em algumas pastas ou, no máximo, em estantes de centros de documentação ou bibliotecas.

Satisfaz-se a obrigação da pesquisa, enriquece-se o currículo e tudo continua positivamente imutável. (SGUISSARDI, 1992, p. 87).

A preocupação com a dimensão social da pesquisa nascia ao mesmo tempo que participava da fundação do Núcleo Municipal do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos de solidariedade às greves dos metalúrgicos do ABC, com arrecadação de fundos, mantimentos etc. e da proximidade que passava a ter com os trabalhadores da horta, do campo, no *campus* da UFSCar, pela mediação, em especial, de lideranças da Associação de Servidores da UFSCar (ASUFSCar).

A descoberta, por ocasião da eleição de uma lista sêxtupla para a vice-reitoria (1980), de que muitos funcionários da UFSCar eram analfabetos deu ocasião a que se pensasse, por um lado, na elaboração de um projeto de alfabetização de adultos que resolvesse esse problema, por outro, numa atividade de pesquisa que tirasse desse fato e do processo de alfabetização que seria desenvolvido todas as consequências teóricas possíveis (IBIDEM).

Imediatamente nos engajamos, sob coordenação da Profa. Betty A. de Oliveira, na montagem de um projeto de alfabetização de funcionários da UFSCar. Nesta prática, deveriam ser utilizados procedimentos inovadores, como a elaboração pelos alfabetizados do próprio Livro de Leitura. Havia claro propósito de enfrentar “o desafio de discutir e analisar o problema do analfabetismo na Universidade (...) *a partir da e na prática...*” (IBIDEM).

Diversos subprojetos foram montados, que poderiam ser executados na universidade ou fora dela. Um deles, entretanto, do qual assumi a coordenação, deveria essencialmente realizar-se fora do *campus*, isto é, em bairro da periferia de São Carlos. Seu título: “A alfabetização de adultos como ponto de partida da problematização e da superação de problemas do bairro”.

Nessa época discutíamos bastante a chamada “pesquisa participante”. O livro do Michel Thiolent *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária* (S. PAULO: POLIS, 1980), especialmente seu capítulo 4 “Enquete Operária” chamava-nos muito a atenção. Desejávamos fazer pesquisa, mas ao mesmo tempo tornarmos as atividades e os momentos da pesquisa uma ocasião de tomada de consciência, de implementação de formas de organização, mobilização e ações concretas visando a transformação da realidade (SGUISSARDI, 1991, p. 89).

Quando em meados de 1980 fomos iniciar nosso trabalho no bairro Jardim Centenário, levávamos duas disposições principais: 1) fazer da alfabetização de adultos o começo de uma intervenção na forma de o bairro enfrentar problemas básicos como os da água, da luz, do esgoto, do asfalto, da saúde, do transporte etc.; 2) respeitar os interesses de ação dos moradores, pois nada nos autorizava a decidir por eles mesmos sobre questões que lhes afetavam a vida e que talvez para nós se apresentassem como de fácil solução.

A segunda disposição acabou prevalecendo, pois não houve interesse imediato e mesmo posterior dos moradores na alfabetização. Este parecia não ser uma das carências maiores dos que se reuniam conosco na casa de um paraplégico, por acidente de trabalho, que sobrevivia com os poucos ganhos de uma banca de frutas.

Aos poucos, em função da realidade local e das prioridades que os próprios moradores (umas 20 famílias) definiram como necessidades requerendo soluções urgentes, deixamos provisoriamente de lado o propósito da alfabetização. Aos poucos fomos redefinindo nosso projeto que viria pouco tempo mais tarde a ser denominado de “Pesquisa e Intervenção em Bairro: uma experiência de educação popular” (IBIDEM).

Quando da leitura da peça de Berthold Brecht *Galileu Galilei*, alguns anos antes dessa experiência no Bairro Jardim

Centenário, eu ficara tocado pela afirmação sobre a finalidade da ciência que Brecht punha na boca de Galileu: “Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”. E ainda mais surpreso, quando, nas disciplinas da pós-graduação, em que líamos os clássicos, vi repetida esta caracterização da finalidade da ciência, em termos bastante similares, na obra *Novum Organum*, de Francis Bacon e no *Discurso do Método*, de René Descartes.

Como admirador do renascimento, da modernidade, tratei de pensar e propor aos colegas que fizéssemos da nossa atividade de pesquisa científica uma forma de instrumentalizar os sujeitos dessas atividades para suas lutas de sobrevivência, isto é, um modo de aliviar a miséria de suas existências humanas.

Por quase quatro anos, com exceção dos períodos de férias, à frente de um grupo de professores e alunos de pós-graduação, coordenei esse projeto, que significou no mínimo uma reunião semanal com os moradores e ajudá-los a refletir e organizar um conjunto muito significativo de ações visando à satisfação de suas mais urgentes necessidades (SGUISSARDI, 1991).

A fim de superar-se um dos problemas recorrentes de projetos dessa natureza – o imediatismo e a ausência de uma visão das determinações infraestruturais dos problemas do cotidiano –, lançamos mão de um instrumento de coleta de dados que foi de grande proveito. Tratava-se de um questionário construído a partir do questionário elaborado por K. Marx, em 1880, para levantamento da situação operária na França. Durante o último ano de trabalho no bairro este questionário e uma série de atividades, que nele tiveram origem, possibilitaram que encerrássemos a experiência sem alguns dos problemas que costumam ocorrer em práticas de educação popular, entre os quais, os da despolitização e da dependência (IBIDEM).

Como escrevi nesse *Memorial*, que está me servindo aqui de referência, essa experiência de pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção “respondia à busca de uma prática

que fosse coerente com tantas formulações teóricas que estávamos habituados a expor e a discutir mais ou menos inconsequentemente” (IBIDEM).

Esta pesquisa engajada no aprofundamento teórico e também na busca de tomada de consciência dos moradores do bairro das razões e fatores de sua situação precária de existência, assim como, de formas de luta para superá-las, ainda que precariamente, nos faziam refletir sobre o sentido mesmo “desse engajamento numa ação gratuita junto a moradores pobres de um bairro pobre”. Dada a nossa formação judaico-cristã, perguntávamo-nos se este engajamento

...não respondia a necessidades pessoais de tranquilizar nossa consciência de pequeno-burgueses culpabilizados pelos próprios privilégios num país de pobres e miseráveis. Era necessário ter consciência da efetiva solidariedade de classe que esse trabalho deveria poder promover ou acabaria por reforçar a alienação e a dependência (SGUISSARDI, 1991, p. 97).

O que escrevi em 1991, por ocasião desse concurso para professor titular em Filosofia da Educação, da UFSCar, de cuja banca, como já dito, fazia parte o colega e amigo Bruno Pucci, continua a fazer sentido hoje para mim, se não no todo, ao menos na parte relacionada com meus atuais escritos sobre o produtivismo e a alienação universitários, e sobre a mercadização e mercantilização da educação superior.

Esta experiência fazia para mim um contraponto a um conjunto de atividades acadêmicas nas quais eu nem sempre via sentido. Ela enriquecia minha prática docente, minha luta pela democratização da Universidade. Ela significava para mim uma forma de extensão dos benefícios da Universidade pública. Era uma forma de fazer chegar à Universidade àqueles que de outra forma jamais, a não ser muito indiretamente, tirariam qualquer benefício de sua existência. Era uma forma de desprivatizar ou de publicizar a Universidade (IBIDEM).

Esta bastante longa digressão, mais centrada em minhas ações do que no personagem central destas minhas reminiscências, me pareceram necessárias para se entender por que a novel parceria Bruno Pucci-Valdemar Sguissardi nasceu com tantas potencialidades. Foram essas preocupações expostas, que eu acreditava serem compartilhadas pelo meu interlocutor, que orientaram o aceite do convite do colega para nos associarmos na feitura e execução de um projeto no âmbito do Programa *Diagnóstico do Setor Educação*, patrocinado pelo Inep/MEC.

Dadas as dimensões do Estado de São Paulo, optamos por projetar um estudo diagnóstico que se ativesse ao município de São Carlos. Assim nasceu, no início de 1987, o projeto *Escola Pública e Democratização do Ensino no Município de São Carlos*, que Bruno Pucci e eu desenvolvemos em parceria, auxiliados por pós-graduandos e graduandos da área de educação da UFSCar.

Importava superar os limites dos diagnósticos tradicionais, no setor educação, que, via de regra, mais colaboravam para aprofundar as distorções e contradições do sistema e realidades diagnosticadas do que para corrigi-las ou superá-las (SGUISSARDI, 1991, p. 98).

Do ponto de vista teórico e mesmo de engajamento prático numa pesquisa que pretendíamos tivesse os traços da pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção, tínhamos, no *Documento Base*, elaborado pelos professores Dermeval Saviani, Miguel Arroyo, Carlos R. J. Cury e Celso de R. Beisiegel e num artigo de Acácia Kuenzer, que analisava os resultados de um projeto desenvolvido por sua equipe na região metropolitana de Curitiba, elementos que nos davam segurança ao elaborarmos esse projeto do que viria a ser a 1.<sup>a</sup> etapa de uma pesquisa que visava analisar a questão da democratização de ensino sob três ângulos distintos e complementares, como então escrevíamos nesse projeto de 1987:

A questão básica, pois, que se nos coloca é a seguinte: Como – no contexto da luta mais geral da classe trabalhadora pela obtenção de seus alvos econômicos, sócio-políticos e culturais – entender a “democratização do ensino” em seus três momentos orgânicos: 1 – ingresso dos trabalhadores nas escolas; 2 – permanência ali pelo tempo máximo possível; 3 – obtenção do melhor ensino possível (Apud SGUISSARDI, 1987, p. 98).

Como se verifica, somente uma parceria entre pesquisadores que tinham concepções de mundo e de ação bastante similares poderia construir um projeto, com tais objetivos e questões e com os seguintes cuidados ou diretrizes: a) envolvimento dos agentes do sistema de ensino nas diferentes fases da execução do projeto; b) integração nesta pesquisa/diagnóstico, também pesquisa-ação, de dois tipos de objetivos, de *conhecimento* e *práticos*; os *primeiros* visavam levantar, analisar e compreender o processo de democratização escolar, tendo como especial ponto de referência, além do acesso e permanência, a questão da qualidade do ensino como resposta às necessidades objetivas dos trabalhadores; os *segundos* visavam esclarecer, para os próprios agentes do sistema de ensino e no processo mesmo da investigação, as características do problema, as suas eventuais causas, na perspectiva de tomada de consciência crítica e busca de formas de ação alternativas que contribuíssem para sua superação. Pretendia-se uma “pesquisa ao mesmo tempo atividade científica e ação político-educativa”. (SGUISSARDI, 1991, p. 98/99).

O esforço de elaboração teórica, para alicerçar a execução deste projeto, teve em Bruno Pucci um disciplinado e incansável agente. Juntos redigimos um texto intitulado *DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL: Alguns pressupostos teórico-metodológicos* (Doc. digitalizado, 1987, 65 p.). Serviu-nos de referência e, divulgado, em eventos nacionais, também a equipes de pesquisa de outras instituições.

Além do Relatório Final desse estudo conduzido junto às 8as. Séries do Ensino Noturno – *Contribuição ao*

*Estudo da Questão da Qualidade do Ensino para os Alunos-Trabalhadores* (Doc. digitalizado, 1988, 230 p.), produzimos diversos textos, publicações internas e artigos científicos publicados em periódicos da área.

As questões remanescentes em aberto dessa primeira fase e outras novas levaram-nos – Bruno, eu, Newton Ramos de Oliveira<sup>6</sup> e auxiliares de pesquisa – a elaborar o projeto da segunda fase, para o período 1989-1990, que se intitulou *Qualidade do Ensino, Qualificação-desqualificação e Necessidades do Aluno-Trabalhador*. Tinha como objetivo:

... conhecer e compreender a realidade da escola atual do aluno-trabalhador; quem é este trabalhador que estuda; quem é seu professor, igualmente trabalhador; e como se efetivam as relações pedagógicas entre docentes e alunos que se ignoram enquanto trabalhadores (IBIDEM).

Então, escrevíamos que procurávamos na história das relações e contradições capital-trabalho e da escola estatal, “algumas razões para o desconhecimento do *trabalho* e do *trabalhador* no aluno, em especial pelo Ensino Noturno”. Buscávamos questionar a resposta que a escola pública poderia dar às necessidades de seus alunos-trabalhadores ou futuros trabalhadores, sempre guiados pelos temas da “qualificação/desqualificação/requalificação e dos novos desafios para a construção da escola *dos e para* os trabalhadores”.

O principal instrumento de levantamento de dados e, acreditávamos, de tomada de consciência de alunos e professores sobre a realidade que viviam, nos termos deste projeto, foi um questionário, como ocorrera na pesquisa-intervenção conduzida por mim no Bairro Jardim Centenário, que teve como referência o questionário de Marx, de 1880, para conhecer a situação operária na França. Composto por dezenas de questões, foi aplicado a alunos e professores de quatro turmas de quintas séries noturnas.

---

<sup>6</sup> Newton Ramos de Oliveira foi meu orientando de mestrado e, depois, de doutorado do Bruno Pucci.

Os resultados desses quatro anos (fase 1 e 2) de pesquisa/diagnóstico estão apresentados no Relatório Final com o significativo título de *Na Escola do trabalhador o trabalho não entra* (Doc. mimeo., 1991, 351 p.) e, posteriormente, editado como livro pela Editora da UFSCar, EDUFSCar, sob o título *O Ensino Noturno e os Trabalhadores* (1993) em 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> edições, tendo como autores Bruno Pucci, Newton Ramos-de-Oliveira e Valdemar Sguissardi.

Após o encerramento deste projeto no âmbito do Programa Nacional *Diagnóstico Estadual de Educação*, que envolveu 11 projetos, dos quais oito em âmbito estadual, nas diferentes regiões do país, e três em municípios ou regiões metropolitanas, Bruno Pucci e eu fomos encarregados de produzir um chamado *Relatório Consolidado*. Este chegou a ser elaborado e concluído em maio de 1992, inclusive com ajuda dos profs. Dermeval Saviani e Carlos Roberto Jamil Cury, mas não teve a publicação projetada pelo Inep/MEC.

Finda essa experiência de pesquisa coletiva de quatro anos, que além de nós dois docentes/pesquisadores do DEd/UFSCar, contou com a importante colaboração de Newton Ramos-de-Oliveira e quase uma dezena de auxiliares de pesquisa, graduandos e pós-graduandos da área de educação da UFSCar, tanto o Bruno Pucci quanto eu tivemos que pensar em dar continuidade a nossa atividade de pesquisa.

Aproximando-se o tempo de minha aposentadoria e tendo sido colocadas à minha disposição as mais de 300 atas do Conselho de Curadores da Fundação UFSCar – FUFSCar –, precisei e decidi me dedicar a um projeto que há pelo menos seis anos fazia parte de meu plano de pesquisas de médio e longo prazos: contar a história da UFSCar e da adoção do modelo fundacional nas universidades federais no país. Se nele não me engajei antes fora devido a minhas atividades administrativas na chefia do DEd, das atividades junto à coordenação da Constituinte Universitária (1986-87), das atividades como representante dos professores adjuntos no Conselho Universitário (por oito anos) e, entretanto, a participação nos dois projetos do *Diagnóstico Estadual de Educação*, como relatado. Entretanto, a principal razão de

não ter iniciado antes este projeto foi a recusa do Conselho de Curadores da FUFSCar de me permitir, como pesquisador e membro do Conselho Universitário, acesso ao conjunto de atas de suas reuniões do período de 1969 a 1988.

Este projeto, que visava interpretar a história da UFSCar e contribuir para o entendimento das razões que levaram à adoção do modelo fundacional na universidade brasileira, recebeu o título de *Contribuição à História do Modelo Fundacional na Universidade Brasileira – o Caso UFSCar*. Executado com apoio da Fapesp, do Inep e do CNPq, foi concluído em fins de 1992, quando eu já era docente titular aposentado da UFSCar e docente do PPGE/UNIMEP. Dele decorreu a publicação, como primeiro livro da EdUFSCar, *Universidade, Fundação e Autoritarismo – O Caso da UFSCar* (São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Estação Liberdade, 1993).

Este projeto impediu-me de aceitar o convite que Bruno Pucci me fizera de participar da constituição do Grupo de Pesquisa Teoria Crítica e Educação, no ano de 1991, campo em que, como é de conhecimento público, Bruno Pucci tem se tornado uma das maiores referências nacionais.

Sobre esta nossa parceria de pesquisa, além dos muitos textos publicados, seja em periódicos científicos, seja como publicações mais restritas, e do livro que dela decorreu, não se pode deixar de dizer do grande empenho, de que Bruno Pucci é um exemplo acabado, de formação de novos pesquisadores. Tanto nesses dois projetos, de quatro anos, na elaboração e execução dos quais nos associamos, a preocupação com o envolvimento de jovens pesquisadores foi permanente. E esta prática, sabemos, Bruno Pucci a conserva, cada vez mais ampliada e eficiente, até hoje.

### **BRUNO PUCCI: UM MILITANTE DE CAUSAS INARREDÁVEIS E GESTOR DEMOCRÁTICO**

Resta, por fim, dizer de dois outros campos de atividade em que a parceria ou colaboração do Bruno Pucci, para mim, sempre foram marcantes: sua militância política

e seu envolvimento na gestão institucional. No primeiro caso, estivemos sempre juntos nas lutas sindicais de nossa associação de docentes, ADUFSCar, da qual, após minha aposentadoria, ele assumiu a presidência, e, também, nas atividades e campanhas do Partido dos Trabalhadores. No segundo, a coordenação do PPGE e, posteriormente, a Direção do Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH.

A disposição do companheiro Bruno Pucci para assumir responsabilidades de representação coletiva é invejável, assim como a qualidade de seu desempenho nessas funções. Talvez porque fruto de uma longa aprendizagem nas lides sindicais e partidárias, assim como da formação anterior em Seminários e Conventos, Bruno Pucci, para mim, é o protótipo do líder ou chefe democrático que, se houver um coletivo, um colegiado, para tomar decisões, ele será muito mais um executivo destas do que seu único e exclusivo autor.

### À GUIA DE CONCLUSÃO

Para concluir, retomando a epígrafe – “A árvore se conhece pelos seus frutos” – e considerando, no caso de um docente/pesquisador universitário, os frutos como sendo sua múltipla obra acadêmica – aulas, orientação, pesquisa, publicações, militância, fidelidade a princípios que devem nortear a carreira acadêmica etc. – podemos responder à pergunta inicialmente feita sobre a sobrevivência e longevidade do autor Bruno Pucci e de sua obra plural afirmando sem pestanejar que, pela amostra dos sete anos compartilhados na UFSCar, tanto autor quanto sua obra sobreviverão por muitas centúrias e, esperamos, milênios. E isto porque, como afirmava Roland Barthes, sua obra é daquelas que agem diretamente sobre o real, que visam traduzir, como os clássicos, os desejos de explicação para o desconhecido, de superação da realidade que se vive, preocupação e desejos de grupos e classes sociais. Como dizia Marx, “...até hoje os filósofos [e pesquisadores] limitaram-se a interpretar o mundo

de diversas maneiras, o que importa é modificá-lo”. Acredito que a obra e atuação acadêmico-científica do Bruno tem tomado esse alerta marxiano como diretriz. Além de o fazer com profundo sentimento de humanidade e valorização da autoria coletiva muito mais do que da individual.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Juremir Machado da. A morte da obra. **Correio do Povo**, 4/10/2017. <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2017/10/10275/a-morte-da-obra/> Acesso em 05/10/2017.

PUCCI, Bruno. O Grupo de Pesquisa enquanto espaço-tempo de parcerias, de produção científica e de formação humana: UFSCar – 1987-1990. **Comunicações**, Piracicaba, Ano 18, n. 1, p. 41-53, jan.-jun. 2011. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/1020>> Acesso em 06/10/2017.

PUCCI, Bruno; SGUISSARDI, Valdemar. **O Ensino Noturno e os Trabalhadores**. São Carlos: EdUFSCar, 1993.

SGUISSARDI, Valdemar. **Memorial** (para concurso de professor titular). São Carlos, 1991 (digitado em PDF).

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade, Fundação e Autoritarismo – O caso da UFSCar**. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Estação Liberdade, 1993.